

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
INTRODUÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA	25

PRIMEIRA PARTE

O CONTEXTO DA TOMADA DE DECISÕES SOBRE A PROVA NO PROCESSO JUDICIAL

1.

INTRODUÇÃO	33
-------------------------	----

2.

NOTAS DEFINITÓRIAS DO CONTEXTO DA PROVA JURÍDICA	43
2.1. O objetivo institucional é a busca da verdade	44
2.2. Determina-se (normalmente) a ocorrência de fatos passados	47

2.3. O direito prevê um bom número de regras jurídicas sobre a prova	52
2.4. A tomada de decisões sobre a prova no processo submete-se a estritas limitações temporais	54
2.5. As partes intervêm no processo	56
2.6. A justificação da decisão tomada relaciona-se a um conjunto determinado de elementos de juízo	59
2.7. A decisão tomada será dotada de autoridade	59

3.

RECAPITULAÇÃO: TRÊS MOMENTOS DA ATIVIDADE PROBATÓRIA NO DIREITO	61
3.1. A formação do conjunto de elementos de juízo ou provas	62
3.2. A valoração dos elementos de juízo ou provas	67
3.3. A tomada da decisão sobre os fatos provados	70

4.

UMA ANALOGIA ESTIMULANTE: A TOMADA DE DECISÕES CLÍNICAS	73
--	----

5.

O DIREITO À PROVA COMO EXIGÊNCIA JURÍDICA DE RACIONALIDADE	79
5.1. Os elementos que integram o direito à prova	82

SEGUNDA PARTE

ELEMENTOS PARA UMA DECISÃO RACIONAL
SOBRE A PROVA

1.

INTRODUÇÃO	91
-------------------------	-----------

2.

NOVAMENTE SOBRE OS MOMENTOS DA ATIVIDADE PROBATÓRIA NO PROCESSO	99
2.1. O momento da formação do conjunto dos elementos de juízo.....	101
2.1.1. A relevância	101
2.1.2. A admissibilidade.....	113
2.1.3. Os controles procedimentais sobre a produção da prova que incidem na riqueza do conjunto de elementos de juízo	126
2.2. O momento da valoração da prova.....	133
2.2.1. Conceitos de probabilidade	136
2.2.2. O raciocínio probatório no momento da valoração da prova	140
2.2.2.1. A probabilidade estatística da hipótese como modelo de raciocínio probatório..	142
2.2.2.2. A probabilidade subjetiva como modelo de raciocínio probatório	156
2.2.2.3. A probabilidade lógica ou indutiva da hipótese como modelo de raciocínio probatório.....	172
2.2.2.3.1. A metodologia da corroboração de hipóteses	180

2.3.	O momento da decisão sobre os fatos provados	199
2.3.1.	Um <i>standard</i> de prova para o processo penal	206
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219

APÊNDICE

PROLEGÔMENOS PARA UMA TEORIA SOBRE OS *STANDARDS* PROBATÓRIOS. O *TEST CASE* DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR PRISÃO PREVENTIVA ERRÔNEA

1.	INTRODUÇÃO	241
2.	COMO SE PODE FORMULAR UM <i>STANDARD</i> PROBATÓRIO?	247
2.1.	Requisitos metodológicos para formular um <i>standard</i> probatório.....	250
2.2.	A Fundamentação do nível de exigência probatória dos <i>standards</i> probatórios	253
2.3.	Alguns exemplos de <i>standards</i> probatórios	270
3.	<i>STANDARDS</i> DE PROVA E TIPOS DE ERROS JUDICIAIS SOBRE A PROVA	277